




## Contribuições da Análise do Comportamento para a Compreensão do Racismo

### *Contributions of Behavior Analysis to Understanding Racism*

 DENISE APARECIDA PASSARELLI<sup>1</sup>  
 ARIANE STAMBONI RICO<sup>1</sup>  
 MARCELLO HENRIQUE SILVESTRE<sup>1</sup>

<sup>1</sup>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

### Resumo

O racismo se trata de práticas coletivas que se baseiam na ideologia da existência de superioridade de uma raça em detrimento à outra. A Análise do Comportamento trouxe contribuições para a compreensão do racismo, contudo, a produção sobre a temática é baixa. A escassez de trabalhos, principalmente no campo experimental, pode ser explicada pela dificuldade de definir o racismo em termos comportamentais e identificar quais são as variáveis de intervenção. Este trabalho conceitual-teórico expõe definições de raça e racismo presentes na literatura analítico-comportamental. Além disso, apresentamos as definições de racismo em três níveis: Estrutural, Institucional e Individual. Para cada nível, foram identificadas propostas de intervenção presentes na literatura. Este artigo também discute as direções para pesquisa experimental no campo do racismo, considerando os níveis de complexidade desse fenômeno.

Palavras-chave: Raça, Racismo Estrutural, Racismo Institucional, Racismo Individual, Análise do Comportamento.

### Abstract

Racism is about collective practices based on the ideology of the existence of superiority of one race to the detriment of another. Behavior analysis has contributed to the understanding of racism. However, production on the subject of racism is scarce. The absence of studies, mainly in the experimental field, can be explained by the difficulty of defining racism in behavioral terms and identifying the intervention variables. This conceptual-theoretical work exposes definitions of race and racism present in the behavioral-analytic literature. In addition, we introduce the definitions of racism in three levels: Structural, Institutional, and Individual. For each level, we indicated intervention proposals found in the literature. This paper also discusses directions for experimental research in the field of racism, considering the levels of complexity of this phenomenon.

Keywords: Race, Structural Racism, Systematic Racism, Individual Racism, Behavior Analysis.

Nota: O autor principal e o terceiro autor deste trabalho recebem financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (#Processo 2021/04105-8 e #Processo 2022/02297-0, respectivamente). O segundo autor recebe financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

✉ denise.ger012@gmail.com

DOI: [HTTP://DX.DOI.ORG/10.18542/REBAC.V19I1.14941](http://dx.doi.org/10.18542/REBAC.V19I1.14941)

O racismo se trata de um tipo de ‘pandemia social’ que afeta negativamente em âmbitos social, econômico, político e psicológico, aqueles que se diferem do grupo etnicamente hegemônico (American Psychological Association [APA], 2020; Baker, 2020; Catagnus et al., 2022). A ciência psicológica não pode estar alheia a esse problema, uma vez que o racismo tem impacto significativo na saúde mental daqueles que o vivenciam e está relacionado a altos índices de transtornos mentais, como ansiedade, depressão, estresse e preocupação crônica (Cohen et al., 2006; Damasceno & Zanello, 2018; Seaton & Iida, 2019). Sobre esse tema, a Análise do Comportamento tem trazido contribuições teóricas para compreensão do preconceito racial (Mizael et al. 2016; Mizael & de Rose, 2017), bem como ferramentas práticas de intervenções para sua redução (Carvalho & de Rose, 2014; Mizael et al. 2016; Mizael, de Almeida et al., 2021).

Contudo, uma revisão da literatura realizada por Matsuda et al. (2020) evidenciou a escassez de estudos sobre racismo dentro da perspectiva analítico-comportamental (ver também Silva et al., 2022). A busca inicial por trabalhos experimentais contendo a palavra “racismo”, por exemplo, não retornou nenhum resultado. Em uma segunda busca feita pelos autores, foram incluídos trabalhos teóricos sobre racismo, bem como estudos sobre preconceito racial e, ainda assim, foi constatado um déficit significativo na produção de conteúdo sobre essa temática<sup>1</sup>.

Para este estudo, foi realizada uma nova busca por artigos, publicados entre 1990 e 2022, que abordassem a temática racismo. A revisão foi conduzida em 14 revistas comportamentais internacionais e três nacionais<sup>2</sup>, com o uso da palavra-chave Racismo. Foram identificados 43 artigos, 33 deles publicados entre 2020 e 2022. Não obstante, 18 desses artigos não apresentaram definição de racismo, ainda que mencionem ou discutam sobre esse fenômeno.

Mesmo com um aumento substancial de trabalhos que envolvam, ou mencionam, a temática racismo nos últimos dois anos, a produção ainda é baixa. Uma questão que emerge é: por que há uma escassez de trabalhos sobre racismo na literatura da Análise do Comportamento, principalmente no que se refere a trabalhos experimentais e aplicados? Para o contexto brasileiro, por exemplo, Silva et al. (2022), destacaram que a escassez de produção pode ocorrer devido ao isolamento dessa área temática em relação à psicologia e à dominância de elites brancas na pesquisa em psicologia. Já para a ausência de trabalhos experimentais e aplicados, inferimos que, talvez, o cerne da questão esteja na dificuldade de definir esse fenômeno e de identificar quais são as variáveis que devem ser consideradas durante o planejamento da intervenção.

O presente artigo pretende trazer as definições de raça e racismo presentes na literatura da Análise do Comportamento. Além disso, este trabalho conceitual-teórico também se propõe: 1) apresentar definições de racismo em três diferentes níveis que esse fenômeno se apresenta na sociedade (Estrutural, Institucional e Individual); 2) identificar quais variáveis devem ser consideradas no planejamento da intervenção em cada nível do racismo; 3) apresentar propostas de intervenção presentes na literatura; 4) discutir as direções para pesquisa sobre racismo na Análise Experimental do Comportamento.

## **A Raça e o Racismo**

Antes de definirmos racismo, é importante compreendermos o significado do termo raça. Pesquisadores têm definido a raça com base em alguns fatores, como: diferenças biológicas entre indivíduos (Hesse, 2011); ancestralidade e experiências compartilhadas por um grupo (Du Bois, 1903); e características físicas e comportamentais (Memmi, 2000). Contudo, nenhuma dessas definições foram suficientes, porque o conceito de raça é complexo, difícil de ser definido e perpassa diferentes áreas do conhecimento, como psicologia, sociologia, filosofia, história e política (ver Maqutu & Motloug, 2018). Na perspectiva da biologia, por exemplo, existe apenas uma raça que é denominada ‘raça humana’; no entanto, atributos fenotípicos (como a cor da pele, textura do cabelo, formato

---

<sup>1</sup> Os autores não descrevem detalhadamente os resultados desta segunda busca. Contudo, baseando-se nos parâmetros descritos, o único trabalho teórico-conceitual sobre racismo encontrado foi o de Guerin (2005). Sobre preconceito racial, um volume maior de trabalhos foi encontrado, conforme descrito ao longo do texto, alguns exemplos são Barnes-Holmes et al. (2010), Carvalho & de Rose (2014), Drake et al. (2015); Mizael et al. (2016).

<sup>2</sup> Para as revistas internacionais, a busca foi conduzida na base de dados PsycInfo (APA). As revistas nacionais incluídas foram: Acta Comportamentalia, Perspectivas em Análise do Comportamento (ambas indexadas na base de dados PEPsic) e a Revista Brasileira de Análise do Comportamento (REBAC). O detalhamento da busca pode ser consultado no final do artigo na Seção Apêndice I. A Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva (RBTCC) não foi incluída porque o site estava fora do ar no momento em que foi conduzida essa revisão.

do nariz) são utilizados, de forma política, para realizar uma “categorização social pautada na dominação e exclusão” (Munanga, 2004, p. 5).

No campo da Análise do Comportamento são apresentadas algumas interpretações para o conceito de raça (ver Parks & Kirby, 2022; ver também Seavon, 2022). Para Parks & Kirby (2022), a raça pode ser compreendida como um “tato”<sup>3</sup> que se baseia nas características físicas do indivíduo, como a pigmentação da sua pele. A partir desse “tato”, são criadas categorias, como por exemplo, branco, negro, pardo, entre outros. Seavon (2022), por sua vez, adiciona o caráter contextual na definição, uma vez que a determinação do que conhecemos como raça depende da estrutura geopolítica e das especificidades culturais de uma sociedade. Desse modo, a caracterização de pretos ou brancos, será muito diferente se tomado como referencial contextos culturais distintos (e.g., a definição de branquitude é muito diferente quando comparada à Europa e América Latina). Isso implicará em consequências diferenciais para indivíduos, a depender do contexto que se encontram (e.g., um indivíduo considerado branco no Brasil pode sofrer discriminação racial na Europa).

Similar à raça, racismo também é um termo complexo e difícil de ser definido. De acordo com Almeida (2019), o racismo é uma “forma sistemática de discriminação que tem a ‘raça’ como fundamento” (p. 22) e que se apresenta por meio de “práticas ‘conscientes’ ou ‘inconscientes’, que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem” (p. 32). No racismo, existe a ideologia essencialista de hierarquia entre raças, o que acaba por legitimar a violência de um grupo hegemônico sobre um grupo historicamente oprimido (ver Munanga, 2003; Araújo et al., 2022).

Ao traçar um paralelo dessas definições com a Análise do Comportamento, é possível compreender o racismo como práticas comportamentais coletivas (ver Cavalleiro, 2004), que são discriminatórias, e se baseiam na *crença*<sup>4</sup> de que “a raça é um fator determinante nas capacidades humanas, e que essa diferença racial produz uma superioridade inerente de uma raça em particular” (Matsuda et al., 2020, p. 337). Essas práticas coletivas são selecionadas e mantidas por consequências culturais, que favorecem economicamente, socialmente ou politicamente um grupo dominante (Saini & Vance, 2020).

Desse modo, enquanto a “raça” é considerada um “tato” que divide seres humanos em diferentes categorias raciais, o racismo é o produto dessa categorização racial, em que são designados atributos a um grupo étnico (Cavalleiro, 2004), que resulta em padrões de comportamentos discriminatórios. O racismo pode ser identificado em três diferentes níveis<sup>5</sup>: por meio de um sistema hierárquico de larga escala marcado pela concentração de poder e riqueza (racismo estrutural), de práticas institucionais segregatórias (racismo institucional) e a partir do preconceito e da discriminação racial (racismo individual). Nas seções seguintes, iremos apresentar os conceitos dos três níveis de racismo e respectivas possibilidades de intervenção.

### **Racismo Estrutural: Um Retrato da Realidade Brasileira**

O “racismo é sempre estrutural” (Almeida, 2019, p. 15) e está enraizado na nossa história, cultura, economia, política, saúde, religião e outros segmentos que compõem o Estado. Essa organização produz padrões discriminatórios, que faz com que práticas segregatórias sejam aceitas e, até mesmo, normalizadas na sociedade. O racismo estrutural não deve ser entendido como um arranjo eventual de instituições ou indivíduos, mas como parte da formação da sociedade (Almeida, 2019).

Não foram encontrados trabalhos na Análise do Comportamento que abordam diretamente o racismo estrutural, contudo, o termo foi mencionado por alguns autores (e.g., Araújo et al., 2021; Gingles, 2022). Gingles (2022) ressaltaram a natureza normativa da branquitude hegemônica e a hierarquia entre raças como *uma rede relacional* que beneficia aqueles que fazem parte do grupo que é denominado como branco. O racismo estrutural implica desigualdade nos sistemas, nas instituições e políticas, que impactam àqueles que estão fora do conceito de branquitude.

<sup>3</sup> Tato é um operante verbal oriundo do contato com estímulos não verbais, que possibilita a descrição de si mesmo ou de estímulos presentes no ambiente (Skinner, 1957/1992).

<sup>4</sup> O termo crenças pode ser entendido como “regras supersticiosas”, onde pessoas descrevem relações arbitrárias entre eventos e mudanças no ambiente, como se fossem contingentes (Benvenuti, 2017).

<sup>5</sup> Aqui estamos nos referindo ao racismo que é praticado contra negros, que envolve a ação de terceiros. Não estamos considerando racismo internalizado (ver Araújo et al., 2022; Gingles, 2022), que são os efeitos do racismo nos indivíduos que vivenciam diariamente. Trata-se de um tema complexo que poderia fugir do escopo de nossa proposta.

As normas sociais responsáveis pela manutenção do racismo são sutis e, muitas vezes, difíceis de serem discriminadas como racistas. Ainda assim, o racismo estrutural pode ser identificado a partir dos indicadores sociais, que oferecem um panorama de como nossa sociedade está organizada. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população preta ou parda tem os maiores índices de desocupação e ocupação informal, e, dentre os trabalhadores formais, pretos e pardos ganham 73% a menos que os trabalhadores formais brancos. Além disso, pretos e pardos são a maioria vivendo no limite ou abaixo da linha da pobreza, que representa 70% dessa população (IBGE, 2019), tendo também maiores índices de moradia em situação irregular (e.g., sem encanamentos, redes de esgoto, em locais com risco de desastres naturais). No contexto da educação, segundo dados divulgados pelo IBGE (2019), a taxa de analfabetos negros era de 9,1% da população, sendo quase o triplo da taxa de analfabetos brancos (3,9%). Além disso, a taxa de jovens negros fora da escola é de 19%, e, mesmo com um aumento do ingresso de negros e pardos no ensino superior, a permanência e conclusão é inferior à população branca, assim como a conclusão do ensino médio.

Além disso, pretos e pardos têm maiores chances de morrer no Brasil. Em um levantamento sobre a violência no país, foi encontrado que negros e pardos representavam 75,7% das vítimas de homicídio. As mulheres negras foram apontadas como as maiores vítimas de feminicídio, o que representa 68% do total (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2020). Outro dado relevante é que negros representam quase o dobro da população encarcerada, que inclui jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, e são mais propensos a sofrer violência policial (Mattos, 2017; Sinhoretto & Lima, 2015). De acordo com um levantamento feito pelo 14º Anuário de Segurança Pública, de 657,8 mil presos, 438,7 mil (66,7%) são negros.

Negros e pardos também são excluídos da política, onde as principais decisões da vida em sociedade são tomadas. Segundo dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições de 2018, apenas 27,9% dos candidatos eleitos eram negros. A exclusão da população negra não se limita ao poder executivo e legislativo, mas se estende ao poder judiciário, em especial, nas carreiras mais prestigiosas desse poder. O censo do Poder Judiciário, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), demonstra que em 2013 havia 1,2% de magistrados autodeclarados negros e 14,2% autodeclarados pardos (Brasil, 2014). Uma parcela ínfima quando comparada com a proporção de pretos e pardos no Brasil que é de 9,4% e de 46,8%, respectivamente (IBGE, 2019).

### ***Como Intervir no Racismo Estrutural?***

Para intervir no racismo estrutural, é preciso modificar o arranjo de contingências presentes em diferentes segmentos sociais (e.g. política, justiça, saúde), que favorecem disparidades raciais. Ainda que não haja trabalhos na Análise do Comportamento que abordem diretamente intervenções no racismo estrutural, alguns trabalhos apresentam propostas que poderiam gerar mudanças nesse nível (ver Rose et al., 2022; Esquierdo-Leal & Houmanfar, 2021).

Rose et al. (2022), por exemplo, apresentam uma proposta para abordar o racismo no Sistema de Justiça Criminal americano. De acordo com os autores, a intervenção deve se pautar na avaliação das contingências que mantêm práticas racistas dentro do policiamento e do sistema de encarceramento. Um exemplo está na política de incentivo monetário dado aos policiais para realização de prisões ou aplicação de multas, o que, como consequência, gera um aumento de abordagens em bairros pobres, onde está concentrada a maioria da população negra, que são estereotipados como mais propensos ao crime. Ademais, considerando a presença de viés racial nas abordagens policiais (ver Parks & Kirby, 2022; Mizael & Sampaio, 2019), tal política contribui para um maior encarceramento de negros e imigrantes. A modificação dessas contingências dependerá de mudanças legislativas no sistema, bem como da formulação de um protocolo de treinamento pautado em práticas antirracistas para aqueles que atuam no sistema de justiça (policiais, juízes, promotores).

Outro modelo que poderia ser utilizado para intervenção no nível estrutural foi apresentado por Esquierdo-Leal e Houmanfar (2021), que enfatiza o papel da comunicação para mudanças sistêmicas nas práticas culturais. A comunicação pode ser usada como estratégia efetiva para lidar com opressão sistemática, pois possibilita o esclarecimento sobre a realidade alheia (e.g., elucidar as consequências que o racismo tem sobre os indivíduos que vivem diariamente atos de discriminação). A comunicação apropriada pode favorecer mudanças nos sistemas (e.g., nas legislações e políticas públicas) e trazer aliados para o combate ao racismo. Uma intervenção que poderia ser ministrada nesse contexto seria a construção de

programas de treinamentos de comunicação para lideranças de movimentos antirracistas. Além disso, é importante que o manejo de contingências para que esses indivíduos ocupem espaços onde são formuladas políticas públicas e legislações (e.g. organização de fundos para que negros possam se candidatar a cargos políticos, preparar-se para concursos de serviços públicos e incluir maior diversidade racial em cargos estratégicos do governo).

Ainda que intervenções no contexto do racismo estrutural envolvam instituições e indivíduos, as mudanças devem envolver segmentos mais amplos da sociedade (e.g. sistema de justiça, educação, renda, moradia). Uma medida que poderia ser utilizada como referencial de mudanças estruturais são as estatísticas nacionais (e.g., aumento de negros ocupando cargos políticos, ausência de diferença salarial baseada na raça, diminuição do encarceramento de negros).

### **Racismo Institucional**

O racismo institucional se trata da inequidade (ou discriminação) das instituições ou organizações na prestação de serviços a pessoas, devido a características físicas, origem cultural ou ascendência étnica (Mizael & Sampaio, 2019; Werneck, 2016). De acordo com Werneck (2016), o racismo institucional produz a exclusão de grupos baseados na seletividade racial e garante a disponibilidade de bens e serviços para grupos privilegiados da sociedade.

No contexto da Análise do Comportamento, Parks e Kirby (2022), definem racismo institucional como “classes de respostas ou conjunto de comportamentos emitidos dentro das instituições, que resultam na aquisição ou retenção de capital e poder político para um grupo dominante” (p. 3). Essa definição está centrada no comportamento de indivíduos dentro da instituição. Um exemplo dessas classes de respostas seria os gestores, de diferentes departamentos de uma instituição, selecionarem, frequentemente, funcionários brancos para oportunidades de promoção, ainda que a avaliação de desempenho de funcionário brancos e negros sejam equivalentes.

Uma outra definição, apresentada por Mizael e Sampaio (2019), enfoca a estrutura e as práticas institucionais. Os autores definem o racismo institucional como “um fenômeno organizacional, isto é, um arranjo de contingências característico de instituições públicas e/ou privadas” (p. 219). Esse arranjo resulta em práticas que garantem privilégios e oportunidades para membros de um grupo dominante, em detrimento da supressão de direitos e oportunidades para outros grupos (ver Li, 2021; ver também Saini & Vance, 2020). Um exemplo desse arranjo de contingências seria a diferenciação de cargos e salários entre negros e brancos dentro de uma instituição.

Apesar do racismo institucional estar intimamente ligado ao racismo estrutural, esses termos não devem ser utilizados como análogos. O racismo institucional é um produto do racismo estrutural, sendo, o último mais amplo, pois inclui a história, cultura, contexto socioeconômico, sistemas políticos e normas sociais que permitem a desigualdade racial (Watson-Thompson et al., 2022). As instituições são um espelho do nosso sistema político e das normas sociais, por isso, reproduzem essas práticas, o que resulta em muitos dos problemas enfrentados pelos negros na saúde, educação, economia e nos sistemas de justiça (Parks & Kirby, 2022).

### ***Intervenções para Racismo Institucional***

A literatura traz propostas de intervenção para o racismo presente em algumas instituições, como por exemplo: escolas (Orlandi & Reis, 2022), universidades (Najdowski et al. 2021), delegacias de polícia (Parks & Kirby, 2022; Ghezzi et al., 2022) e unidades de saúde que oferecem serviços em Análise do Comportamento Aplicada - *Applied Behavior Analysis* (ABA), em inglês (Čolić et al., 2022). Orlandi e Reis (2022), por exemplo, apresentam uma proposta de intervenção no nível cultural para enfrentar o racismo no contexto religioso nas escolas. O objetivo dos autores foi delinear um projeto baseado no Guia Orientador, utilizado para delineamentos culturais (ver Carrara et al., 2013). A proposta de intervenção foi pautada na seleção de práticas institucionais preconceituosas a serem alteradas e a implementação de novas práticas culturais, que substituiriam as antigas. O Guia Orientador oferece diretrizes para implementação de novas práticas culturais, além disso, pode ser adaptado a outros temas, além do racismo religioso. Ainda no contexto da educação, Najdowski et al. (2021) ofereceram estratégias para instituições de ensino superior, de modo a desenvolver uma abordagem multicultural e antirracista. As estratégias envolvem mudanças na infraestrutura organizacional e de liderança, modificações no currículo pedagógico e um plano de trabalho para professores, alunos e funcionários.

Outra instituição que foi abordada nos trabalhos selecionados foi a policial. Um estudo realizado por Ghezzi et al. (2022) apresentou uma proposta de intervenção com objetivo de reduzir o racismo institucional dentro da

polícia. O procedimento consistiu na aplicação de um modelo de estudo analítico-comportamental voltado para agências de aplicação da lei, a partir dos princípios básicos de design de Elinor Ostrom, chamado de Prosocial. Esse modelo é composto pelos *Core Design Principles* (CDP), que é uma evolução da teoria de cooperação<sup>6</sup>. O CDP possui uma série de diretrizes, sendo elas pautadas nos limites claramente definidos, proporcionalidade entre custo e benefício, arranjos de escolhas coletivas, sanções graduadas e monitoramento. De acordo com Ghezzi et al., tornar os policiais “mais cooperativos” favorece o repertório de tomada de decisões baseado no manejo não violento de situações de conflito, em substituição às abordagens ostensivas. Isso porque os policiais irão priorizar ações que beneficiem o bem-estar coletivo. Outro trabalho que envolveu a questão da cooperação foi o de Li (2021), que destacou a importância de promover dentro das instituições a solidariedade de pessoas não negras no combate ao racismo. Alguns mecanismos de cooperação para aumentar a solidariedade que os autores apresentaram foram: reciprocidade direta (e.g., demonstrar empatia mediante aqueles que sofrem com o racismo); reciprocidade indireta (e.g., fazer parte de movimentos de equidade racial); seleção de *network* (e.g., filiar-se a instituições que apoiem causas relacionadas à equidade racial).

No contexto da saúde, Čolić et al. (2022) revisaram estudos que investigaram as experiências de famílias negras de crianças diagnosticadas com autismo no Sistema de Saúde Americano, na busca por serviços no contexto da Análise do Comportamento. A partir dos resultados obtidos, os autores elaboraram um guia com estratégias responsivas e culturalmente sensíveis para redução do racismo na busca por serviços em ABA. Algumas estratégias presentes no Guia são: a difusão de informações culturalmente relevantes sobre autismo para a comunidade negra; informações sobre intervenções e abordagens culturalmente responsivas para o TEA; treinamento parental sobre políticas públicas e direitos de pessoas com TEA, bem como de populações racialmente diversas; aumentar a cobertura de profissionais praticantes de ABA no contexto rural e zonas afastadas.

As intervenções no racismo institucional devem se pautar tanto nas classes de respostas emitidas por membros de uma instituição, quanto no arranjo de contingências que favorecem práticas racistas dentro de uma organização. Algumas medidas que poderiam ser utilizadas como referencial de mudanças no nível institucional são, por exemplo, entrevistas com pessoas negras com relatos sobre atendimento ou dados sobre a estrutura da organização (quantos negros trabalham, cargos, salários).

## Racismo Individual

O racismo individual consiste em práticas individuais, públicas ou privadas, que apresentam desrespeito, intolerância e desvalorização de um indivíduo baseado em sua raça (Čolić et al., 2022). Alguns exemplos de racismo individual são: ofensas raciais, avaliações negativas em relação às pessoas negras, comportamentos de fuga e esquiva mediante pessoas negras, violência física e exclusão social. De acordo com Saini e Vance (2020), o racismo individual é “uma forma de *discriminação*, que decorre de *preconceito racial* pessoal” (p. 55).

O racismo individual é produto de aprendizagem complexa, que envolve comportamento operante e respondente (Matsuda et al., 2020; Parks & Kirby, 2022). Vários reforçadores podem estar envolvidos na aprendizagem do racismo individual, como: aprovação social, reforços tangíveis, privilégios, oportunidades e fuga ou esquiva de ambientes aversivos. Para Parks e Kirby (2022), ainda que o racismo seja produto de aprendizagem complexa, é importante observarmos a presença de *viés racial* na *resposta*. Na resposta *com viés racial*, os indivíduos se comportam sob controle das regras relacionadas às características específicas de um indivíduo, ao invés de responder às contingências presentes no ambiente (ver Bourret et al., 2012). Portanto, racismo individual se trata de um controle de estímulos, onde a raça é um estímulo discriminativo para comportamentos discriminatórios. Um exemplo de como esse controle de estímulos pode ocorrer, seriam policiais prestando mais atenção e parando com mais frequência motoristas negros.

O racismo individual está interligado ao institucional, pois as experiências negativas que negros têm com os serviços de uma organização são mediadas por indivíduos que reproduzem o racismo institucional. No policiamento,

<sup>6</sup> A teoria da cooperação, proposta por Axelrod (1984), tem como premissa que o uso de sugestões de comportamentos, advertências e diretrizes, dentro de um contexto institucional, pode aumentar a cooperação entre partes envolvidas em uma relação (como por exemplo um jogo).

<sup>7</sup> O preconceito racial tem sido descrito na literatura como atitudes (ou avaliações) negativas acerca de uma raça (Nogueira, 2006; Mizaél & de Rose, 2017; Schneider, 2004). Essas atitudes podem ser explícitas [(e.g. dizer “não gosto de negros porque são preguiçosos” ou implícitas, que são encobertas e a resposta é emitida de forma rápida (e.g. desviar rapidamente de um caminho ao ver uma pessoa negra)].

por exemplo, um jovem policial pode ser treinado a pensar que indivíduos negros são mais propensos a criminalidade e ao uso de drogas. Essa regra disseminada na instituição, provavelmente, refletirá nas abordagens policiais e na forma de tratamento destinada à indivíduos negros. Portanto, a instituição define como o serviço é regulado e os indivíduos executam as ações gerando consequências a si próprios e aos outros.

### ***Intervenções para o Racismo Individual***

As intervenções no racismo individual são pautadas na modificação do comportamento preconceituoso e discriminatório de um indivíduo. Como ação imediata de combate ao racismo individual, uma postura que poderia ser adotada seria a punição<sup>8</sup> do comportamento preconceituoso e o reforçamento de comportamentos antirracistas (ver Rose et al., 2022). Um exemplo de punição seria interromper e discordar explicitamente de uma fala racista. Já o reforçamento seria oferecer atenção, apoio e elogios para o indivíduo que se engajar em falas antirracistas.

No contexto policial, Ghezzi et al. (2022) apresentam uma proposta para intervenção no racismo individual com agentes que atuam na aplicação da lei, baseada no Treino de Aceitação e Compromisso (Acceptance and Commitment Training<sup>9</sup> – ACT, em inglês). Os autores partem da premissa que os policiais enfrentam diariamente alta carga de estresse, pressão por resultados e exposição a práticas institucionais racistas. Portanto, o objetivo do ACT é reduzir o sofrimento que esses profissionais enfrentam no dia-a-dia, a partir do aumento da flexibilidade psicológica (ver Harris & Hayes, 2009; ver também Assaz et al. 2018). De acordo com Assaz et al. (2018), o modelo de flexibilidade psicológica pode ser definida por meio de resultados, ao invés de processos ou procedimento, onde os objetivos são: 1) atingir maior contato com eventos privados (aceitação); 2) reduzir a transformação de função do estímulo, que ocorre por meio de relações verbais (desfusão cognitiva); 3) aumentar a sensibilidade às contingências em operação (contato com o presente); 3) desenvolver uma perspectiva diferente do self (o “self” como parte de um contexto); 5) obter maior clareza do que é importante (valores); 6) engajar-se em comportamento coerentes com os próprios valores (ação comprometida). O aumento da flexibilidade psicológica pode ter efeitos positivos na promoção do bem-estar psicológico desses profissionais, que resulta na diminuição do estresse, na melhora do desempenho em situações desafiadoras e na redução da reatividade emocional (ver Lillis & Hayes, 2007).

Na saúde, Čolić et al. (2022) propõe algumas estratégias para combater o preconceito racial em prestadores de serviço em ABA. Muitas vezes, os indivíduos que atuam em uma instituição, não discriminam que há preconceito racial na prestação de um serviço. Baseado em um estudo qualitativo, os autores mencionam as seguintes estratégias para reduzir o preconceito racial emitido nas interações interpessoais: 1) psicoeducação acerca dos valores da cultura negra; 2) treino para fortalecer emissão de comportamentos de cuidado tanto na presença de indivíduos negros como brancos; 3) planejamento intervenções culturalmente relevantes; 4) psicoeducação para discriminar os próprios preconceitos e valores culturais.

No contexto da Análise Experimental do Comportamento, alguns trabalhos buscaram identificar e intervir no preconceito racial (ver Carvalho & de Rose, 2014; Mizael et al., 2016). Mizael et al. (2016) selecionaram 12 crianças que apresentaram atitudes negativas em relação a faces negras em um pré-teste. De forma geral, os autores avaliaram a valência atribuída às faces negras em uma escala Likert e a frequência que participantes relacionam faces negras com um símbolo negativo. A intervenção consistiu em um treino de relações derivadas, com uso do *matching to sample*, para ensinar a relação entre um estímulo abstrato e um símbolo positivo (AB) e a relação entre o estímulo abstrato e faces negras (BC). Todos os participantes formaram classes de equivalência entre símbolo positivo e face negra, além disso, os participantes deixaram de relacionar faces negras com símbolo negativo no pós-teste. Antes da intervenção, faces brancas foram significativamente mais positivamente avaliadas do que faces negras na escala Likert. Após a intervenção, não houve diferença significativa entre as avaliações de faces negras e brancas. Mizael, de Almeida et al. (2021) replicaram esses resultados e identificaram alguns parâmetros facilitadores para formação de classes de equivalência, como teste de simetria após o treino, treino misto, redução do feedback em 50% das tentativas e revisão da linha de base. Os autores realizaram follow-up e identificaram que as classes de equivalência foram mantidas seis semanas depois da intervenção.

<sup>8</sup> Contudo, é importante ressaltar que a punição gera esquiva (Sidman, 1989/1995), portanto, essa estratégia poderia resultar em redução do comportamento preconceituoso apenas no contexto em que o indivíduo foi punido. Sendo assim, o reforçamento de falas antirracistas pode ser uma estratégia mais efetiva.

<sup>9</sup> Os autores deixam claro que se trata de treino, não terapia, pois pode ser menos estigmatizante para populações resistentes à ideia de bem-estar psicológico ou intervenções terapêuticas.

## Racismo e os Desafios no Campo da Análise Experimental do Comportamento

O racismo é estrutural e se apresenta por meio de “práticas” e “crenças” compartilhadas por estruturas, instituições e indivíduos. Como a Análise Experimental do Comportamento poderia investigar um fenômeno com tantas variáveis envolvidas? Um caminho seria a investigação de comportamentos individuais de racismo, como por exemplo, o preconceito racial, que pode ser observado e mensurado no contexto do laboratório. O preconceito racial pode ser medido por meio de avaliações ministradas em escala tipo Likert, medidas implícitas e testes relacionais (alguns exemplos Barnes-Holmes et al., 2010; Carvalho & de Rose, 2014; Clark & Clark, 1950; Mizael et al., 2016, Mizael, de Almeida et al., 2021; Power et al., 2017).

Contudo, é importante considerar que o racismo está enraizado em nossa cultura e isso tem implicações para as pesquisas experimentais que investigam o racismo individual. Um exemplo é que a maior parte das intervenções testadas em pesquisas aplicadas tendem a ser ineficazes ou não se mantêm ao longo do tempo (ver Lai et al., 2016; Sawyer & Gampa, 2018). O que ocorre é que os indivíduos voltam para o mesmo ambiente cultural, onde operam as contingências racistas. Para mitigar os efeitos deletérios do ambiente cultural, as pesquisas aplicadas devem ser planejadas com: 1) acompanhamento (*follow-up*) da manutenção dos efeitos obtidos com a intervenção ao longo do tempo, e após o indivíduo voltar ao seu ambiente usual (ver Mizael et al., 2016; Mizael, de Almeida et al., 2021); 2) testes de generalização da intervenção para novos estímulos, contextos e pessoas.

Quanto a um contexto de investigação das práticas coletivas concernentes ao racismo, um caminho de investigação poderia ser dentro de uma perspectiva cultural. Delineamentos culturais<sup>10</sup> (alguns exemplos Carrara et al., 2013; Ghezzi et al., 2022; Orlandi & Reis, 2022) são uma ferramenta importante de investigação de fenômenos sociais na Análise Experimental do Comportamento (ver Andery, 2011; Sampaio & Andery, 2010; Todorov & Moreira, 2004).

O conceito de metacontingências<sup>11</sup> também tem sido utilizado na literatura para compreensão do racismo como fenômeno cultural (ver Mizael & Sampaio, 2019; Saini & Vance, 2020). De acordo com Saini e Vance (2020), a análise do racismo como uma metacontingência consiste na relação funcional entre contingências entrelaçadas racistas (e.g., esforço de um grupo hegemônico para excluir indivíduos pertencentes a um grupo étnico), que irá gerar produtos agregados (e.g., disponibilidade de recursos e acesso à bens e serviços) e consequências culturais (e.g., status dentro daquele contexto social). A partir dessa unidade de análise, delineamentos culturais podem ser utilizados para identificação de práticas culturais racistas e substituir por novas práticas que reduzem disparidades raciais.

## Conclusão e Direções Futuras

Este trabalho conceitual-teórico buscou trazer definições de racismo e seus diferentes níveis. A separação entre racismo estrutural, institucional e individual é didática, contudo, essas definições podem ajudar pesquisadores a identificar o foco de intervenção para cada nível desse fenômeno. É importante que se entenda que não se trata de uma hierarquia, visto que para combater o racismo, faz-se necessário intervir em todos seus níveis. Contudo, a complexidade de cada nível deve ser considerada, para que se tenha uma intervenção socialmente relevante e eficaz (Machalicek et al., 2022).

O racismo estrutural foi apresentado como uma forma de arranjo de contingências característicos de segmentos amplos de nossa sociedade, como a educação, saúde, justiça, economia, entre outros. Desse modo, mudanças se tornam estruturais quando têm efeitos em todo segmento social, não apenas em indivíduos ou instituições. Ainda assim, intervenções no nível institucional e individual podem refletir no nível estrutural. Por exemplo, a intervenção de Orlandi & Reis (2022), para redução do racismo religioso na escola, poderia se tornar uma política pública e ser implementada em diversos segmentos da educação (e.g., ensino básico, médio, compor currículo de disciplinas em universidades). Ou então, uma intervenção para redução de preconceito racial nas

---

<sup>10</sup> Um delineamento cultural pode ser definido como um design utilizado para planejar novas práticas culturais, considerando “os eventos que antecedem e as consequências que se espera produzir com essa nova prática” (Orlandi & Reis, 2022, p.239).

<sup>11</sup> O conceito de metacontingência pode ser entendido como uma relação de inter-relação entre dois ou mais indivíduos (contingências comportamentais entrelaçadas), que gera um efeito (Produto Agregado) e uma consequência cultural (Glenn et al. 2016).



abordagens policiais (e.g. Ghezzi et al., 2022), pode se tornar um protocolo de treinamento para policiais e agentes que atuam na justiça.

O presente artigo também traz direções para pesquisas experimentais sobre o racismo. Para práticas individuais de racismo, preconceito racial é um tema passível de investigação no contexto do laboratório, pois a emissão dessas respostas pode ser observada e mensurada. Existe um campo vasto a ser explorado, desde a identificação até intervenções para a redução do preconceito racial (alguns exemplos Barnes-Holmes et al., 2010; Carvalho & de Rose, 2014; Mizaél et al., 2016). Além disso, alguns parâmetros de pesquisa devem ser considerados na preparação de intervenção, como manutenção dos efeitos e generalização para além do laboratório. Já para as práticas coletivas, delineamentos culturais (e.g. Orlandi & Araújo, 2022; Ghezzi et al., 2022) podem ser um caminho para investigação experimental do racismo em níveis mais complexos (e.g. institucional). Os delineamentos culturais podem ser uma alternativa para a dificuldade de investigar experimentalmente e de mensurar fenômenos sociais (Sampaio & Andery, 2010).

### Declaração de conflito de interesses

Os autores declaram que não há conflito de interesses relativos à publicação deste artigo.

### Contribuição de cada autor

Certificamos que todos os autores participaram suficientemente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo. A contribuição de cada autor pode ser atribuída como se segue: D. S. Passarelli propôs a ideia e conduziu a escrita do manuscrito. A. R. Gomes contribuiu com a construção da ideia e escrita do manuscrito. M.H. Silvestre contribuiu com escrita, correções e formatação.

### Direitos Autorais

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa, desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons 4.0 BY-NC.



### Referências

- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. Pólen Produção Editorial LTDA.
- American Psychological Association. (2020, 29 de maio). "We are living in a racism pandemic" says APA president. <https://www.apa.org/news/press/releases/2020/05/racism-pandemic>
- Andery, M. A. P. A. (2011). Comportamento e cultura na perspectiva da análise do comportamento. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 2(2), 203-217. <https://doi.org/10.18761/perspectivas.v2i2.69>
- Araújo, E. M., da Silva Xavier, K. A., de Souza, L. B., & Vichi, C. (2022). Racismo internalizado: Uma perspectiva analítico-comportamental. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 13(1), 342-353. <http://dx.doi.org/10.18761/DH000166.set21>
- Assaz, D. A., Roche, B., Kanter, J. W., & Oshiro, C. K. (2018). Cognitive defusion in acceptance and commitment therapy: What are the basic processes of change? *The Psychological Record*, 68, 405-418. <https://doi.org/10.1007/s40732-017-0254-z>
- Axelrod, R. (1984). The evolution of Cooperation. In R. Axelrad & R.O Keohane. *Achieving cooperation under anarchy*. Basic Books Inc. Publisher.
- Baker, C. (2020, junho). *In a pandemic, all some people see is your color*. The Atlantic. <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2020/06/coronavirus-racism/610609/>
- Barnes-Holmes, D., Murphy, A., Barnes-Holmes, Y., & Stewart, I. (2010). The implicit relational assessment procedure: Exploring the impact of private versus public contexts and the response latency criterion on pro-white and anti-black stereotyping among white Irish individuals. *The Psychological Record*, 60(1), 57-79. <http://dx.doi.org/10.1007/BF03395694>
- Benvenuti, M. F. L. (2017). Contato com a realidade, crenças, ilusões e superstições: Possibilidades do analista do comportamento. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 1(1), 34-43. <https://doi.org/10.18761/perspectivas.v1i1.21>

- Bourret, J. C., Iwata, B. A., Harper, J. M., & North, S. T. (2012). Elimination of position-biased responding in individuals with autism and intellectual disabilities. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 45(2), 241–250. <https://doi.org/10.1901/jaba.2012.45-241>.
- Brasil, Conselho Nacional de Justiça (2014). Censo do Poder Judiciário: VIDE: Vetores Iniciais e Estatísticos. Brasília: CNJ. <https://bibliotecadigital.cnj.jus.br/jspui/handle/123456789/74>
- Carrara, K., Souza, V. B., Oliveira, D. R., Orti, N. P., Lourencetti, L. A., & Lopes, F. R. (2013). Desenvolvimento de guia e fluxograma como suporte para delineamentos culturais. *Acta Comportamental*, 21(1), 99–119.
- Carvalho, M. P., & de Rose, J. C. (2014). Understanding racial attitudes through the stimulus equivalence paradigm. *The Psychological Record*, 64(1), 527–536. <https://doi.org/10.1007/s40732-014-0049-4>
- Catagnus, R. M., Griffith, A. K., & Umphrey, B. J. (2022). Anger, fear, and sadness: How emotions could help us end a pandemic of racism. *Behavior Analysis in Practice*, 1193–1204. <https://doi.org/10.1007/s40617-021-00581-9>
- Cavalleiro, E.S. (2004). *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. Editora Contexto.
- Clark, K. B., & Clark, M. P. (1950). Emotional factors in racial identification and preference of Negro children. *Journal of Negro Education*, 19(3), 341–350. <http://dx.doi.org/10.2307/2966491>
- Cohen, G. L., Garcia, J., Apfel, N., & Master, A. (2006). Reducing the racial achievement gap: A social-psychological intervention. *Science*, 313(5791), 1307–1310. <https://doi.org/10.1126/science.1128317>
- Čolić, M., Araiba, S., Lovelace, T. S., & Dababnah, S. (2022). Black caregivers' perspectives on racism in ASD services: Toward culturally responsive ABA practice. *Behavior Analysis in Practice*, 1032–1041. <https://doi.org/10.1007/s40617-021-00577-5>
- Damasceno, M. G., & Zanello, V. M. L. (2018). Saúde mental e racismo contra negros: Produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(3), 450–464. <https://doi.org/10.1590/1982-37030003262017>
- Drake, C. E., Kramer, S., Sain, T., Swiatek, R., Kohn, K., & Murphy, M. (2015). Exploring the reliability and convergent validity of implicit racial evaluations. *Behavior and Social Issues*, 24(1), 68–87. <http://dx.doi.org/10.5210/bsi.v24i0.5496>
- Du Bois, W. E. B. (1903). *The souls of black folk: Essays and sketches*. Johnson Reprint.
- Esquierdo-Leal, J. L., & Houmanfar, R. A. (2021). Creating inclusive and equitable cultural practices by linking leadership to systemic change. *Behavior Analysis in Practice*, 14, 499–512. <http://dx.doi.org/10.1007/s40617-020-00519-7>
- Ghezzi, E. L., Funk, J. A., & Houmanfar, R. A. (2022). Restructuring law enforcement agencies to support prosocial values: A behavior-scientific model for addressing police brutality. *Behavior Analysis in Practice*, 1184–1192. <http://dx.doi.org/10.1007/s40617-020-00530-y>
- Gingles, D. (2022). Igniting collective freedom: An integrative behavioral model of acceptance and commitment toward Black liberation. *Behavior Analysis in Practice*, 1050–1065. <http://dx.doi.org/10.1007/s40617-021-00584-6>
- Glenn, S. S., Malott, M. E., Andery, M. A. P. A., Benvenuti, M., Houmanfar, R. A., Sandaker, I., Todorov, J. C., Tourinho, E. Z., & Vasconcelos, L. A. (2016). Toward consistent terminology in a behaviorist approach to cultural analysis. *Behavior and Social issues*, 25, 11–27. <https://doi.org/10.5210/bsi.v25i0.6634>
- Guerin, B. (2005). Combating everyday racial discrimination without assuming racists or racism: New intervention ideas from a contextual analysis. *Behavior and Social Issues*, 14(1), 46–71. <http://dx.doi.org/10.5210/bsi.v14i1.120>
- Harris, R., & Hayes, S. C. (2009). *ACT made simple: An easy-to-read primer on acceptance and commitment therapy*. New Harbinger Publications.
- Hesse, B. (2011). Marked unmarked: Black politics and the western political. *South Atlantic Quarterly*, 110(4), 974–984. <https://doi.org/10.1215/00382876-1382366>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019). *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf).
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2020). *Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise* n. 69. <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10291/1/bmt%2069.PDF>
- Lai, C. K., Cooley, E., Devos, T., Xiao, Y. J., Simon, S., Joy-Gaba, J. A., Roussos, G., Schellhaas, F. M. H., Hu, X., Axt, J. R., Schmidt, K., Marini, M., Shin, J. E. L., Skinner, A. L., Murrar, S., Brauer, M., Calanchini, J., Pedram, C., Marshburn, C. K., & Nosek, B. A. (2016). Reducing implicit racial preferences: II. Intervention effectiveness across time.

- Journal of Experimental Psychology: General*, 145(8), 1001–1016.  
<https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/xge0000179>
- Li, A. (2021). Solidarity: The role of non-Black people of color in promoting racial equity. *Behavior Analysis in Practice*, 14(2), 549-553. <http://dx.doi.org/10.1007/s40617-020-00498-9>
- Lillis, J., & Hayes, S. C. (2007). Applying acceptance, mindfulness, and values to the reduction of prejudice: A pilot study. *Behavior Modification*, 31(4), 389-411. <https://doi.org/10.1177/0145445506298413>
- Machalicek, W., Strickland-Cohen, K., Drew, C., & Cohen-Lissman, D. (2022). Sustaining personal activism: Behavior analysts as antiracist accomplices. *Behavior Analysis in Practice*, 1066-1073. <http://dx.doi.org/10.1007/s40617-021-00580-w>
- Maqutu, L., & Motloung, S. (2018). Hidden racial attitudes within the workplace: An evaluation of bester v rustenburg platinum mine. *South African Journal on Human Rights*, 34(2), 254-267. <http://dx.doi.org/10.1080/02587203.2018.1510093>
- Matsuda, K., Garcia, Y., Catagnus, R., & Brandt, J. (2020). Can behavior analysis help us understand and reduce racism? A review of the current literature. *Behavior Analysis in Practice*, 13(1), 336-347. <https://doi.org/10.1007/s40617-020-00411-4>
- Mattos, G. (2017). Flagrantes de racismo: Imagens da violência policial e as conexões entre o ativismo no Brasil e nos Estados. *Revista de Ciências Sociais: RCS*, 48(2), 185-217.
- Memmi, A. (2000). *Racism*. University of Minnesota Press.
- Mizael, T. M., & de Rose, J. C. (2017). Análise do comportamento e preconceito racial: Possibilidades de interpretação e desafios. *Acta Comportamental*, 25(3), 365-377.
- Mizael, T. M., & Sampaio, A. A. (2019). Racismo institucional: Aspectos comportamentais e culturais da abordagem policial. *Acta Comportamental*, 27(2), 215-231.
- Mizael, T. M., Coelho, C. L., Rodrigues, W. C., & de Almeida, J. H. (2021). Racial issues and behavior analysis: Experiences and contributions from Brazil. *Behavior and Social Issues*, 30(1), 495-513. <http://dx.doi.org/10.1007/s42822-021-00071-1>
- Mizael, T. M., de Almeida, J. H., Roche, B., & de Rose, J. C. (2021). Effectiveness of different training and testing parameters on the formation and maintenance of equivalence classes: Investigating prejudiced racial attitudes. *The Psychological Record*, 71(1), 265-277. <https://doi.org/10.1007/s40732-020-00435-w>
- Mizael, T. M., de Almeida, J. H., Silveira, C. C., & de Rose, J. C. (2016). Changing racial bias by transfer of functions in equivalence classes. *The Psychological Record*, 66(1), 451-462. <https://doi.org/10.1007/s40732-016-0185-0>
- Munanga, K. (2003). *100 anos e mais de bibliografia sobre o negro no Brasil: Obra revisada, corrigida e ampliada*. Fundação Cultural Palmares/USP.
- Munanga, K. (2004). A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. *Estudos Avançados*, 18(50), 51–66. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142004000100005>
- Najdowski, A. C., Gharapetian, L., & Jewett, V. (2021). Toward the development of antiracist and multicultural graduate training programs in behavior analysis. *Behavior Analysis in Practice*, 14(2), 462-477. <http://dx.doi.org/10.1007/s40617-020-00504-0>
- Nogueira, O. (2006). Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Revista de Sociologia da USP*, 19(1), 287-308. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702007000100015>
- Orlandi, P. H. A., & Reis, T. de S. (2022). Racismo religioso na escola: Projeto de delineamento cultural para seu enfrentamento. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 13(1), 233–246. <https://doi.org/10.18761/DH0012.jul21>
- Parks, N., & Kirby, B. (2022). The function of the police force: A behavior-analytic review of the history of how policing in America came to be. *Behavior Analysis in Practice*, 15(4), 1205-1212. <http://dx.doi.org/10.1007/s40617-021-00568-6>
- Power, P. M., Harte, C., Barnes-Holmes, D., & Barnes-Holmes, Y. (2017). Combining the implicit relational assessment procedure and the recording of event related potentials in the analysis of racial bias: A preliminary study. *The Psychological Record*, 67(4), 499-506. <https://doi.org/10.1007/s40732-017-0252-1>
- Rose, J. C. C., MacManus, C., MacDonald, J., & Parry-Cruwys, D. (2022). Mitigating racial inequity by addressing racism in the criminal justice system: A behavior analytic approach. *Behavior Analysis in Practice*, 15(2), 635-641. <https://doi.org/10.1007/s40617-021-00670-9>

- Saini, V., & Vance, H. (2020). Systemic racism and cultural selection: A preliminary analysis of metacontingencies. *Behavior and Social Issues*, 29(1), 52-63. <https://doi.org/10.1007/s42822-020-00040-0>
- Sampaio, A. A. S., & Andery, M. A. P. A. (2010). Comportamento social, produção agregada e prática cultural: Uma análise comportamental de fenômenos sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 183-192. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000100020>
- Sawyer, J., & Gampa, A. (2018). Implicit and explicit racial attitudes changed during black lives matter. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 44(7), 1039-1059. <https://doi.org/10.1177/0146167218757454>
- Schneider, D. (2004). *The Psychology of stereotyping*. The Guilford Press.
- Seaton, E. K., & Iida, M. (2019). Racial discrimination and racial identity: Daily moderation among Black youth. *American Psychologist*, 74(1), 117-127. <https://doi.org/10.1037/amp0000367>
- Sidman, M. (1995). *Coerção e suas implicações* (M. A. Andery & T. M. Sério, Trans.). Editorial Psy (Trabalho Original Publicado em 1989).
- Silva, T. de S., Flandoli, B. R. G. X., & Mizael, T. M. (2022). Questões raciais na análise do comportamento: Uma análise preliminar sobre a baixa produção da área. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 13(1), 371-385. <https://doi.org/10.18761/VEEM.0077.out21>
- Sinhoretto, J., & de Lima, R. S. (2015). Narrativa autoritária e pressões democráticas na segurança pública e no controle do crime. *Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar*, 5(1), 119-119.
- Skinner, B. F. (1992). *Verbal Behavior*. Acton: Copley. (Trabalho original publicado em 1957).
- Todorov, J. C., & Moreira, M. (2004). Análise experimental do comportamento e sociedade: Um novo foco de estudo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17, 25-29. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722004000100005>
- Watson-Thompson, J., Hassaballa, R. H., Valentini, S. H., Schulz, J. A., Kadavasal, P. V., Harsin, J. D., & Thompson, E. C. (2022). Actively addressing systemic racism using a behavioral community approach. *Behavior and Social Issues*, 31(1), 297-326. <https://doi.org/10.1007/s42822-022-00101-6>
- Werneck, J. (2016). *Racismo institucional: Uma abordagem conceitual*. Gueledés – Instituto da mulher negra. <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf>

---

Submetido em: 19/10/2022

Aceito em: 16/05/2023